



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639183 - MG (2021/0005503-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : AMANDA RODRIGUES ALVES
ADVOGADOS : AMANDA RODRIGUES ALVES - MG146281
CAIO VINICIUS RODRIGUES SELLA - MG146296
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FÁBIO DINIZ DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de FÁBIO DINIZ DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.517553-2/000).

O paciente cumpre pena total de 28 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos no art. 33, *caput* e no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta que integra o grupo de risco referente à covid-19, pois é portador de hipertensão e de problemas respiratórios, entre eles asma crônica e sopro, já tendo sido acometido de derrame pleural e tuberculose.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e

c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a ilegalidade flagrante da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 90/91):

[...]

Neste contexto, constata-se que a execução da pena do paciente está tendo o seu prosseguimento, estando o Magistrado oficiante no feito atento às peculiaridades do caso, bem como ciente do atual cenário de pandemia pelo novo coronavírus, não restando demonstrado flagrante constrangimento ilegal.

Assim, verifica-se que o paciente vem, por meio da presente impetração, pleitear benefício próprio da execução penal, mas não demonstrou em momento algum qual a ilegalidade ou abuso de poder que estaria causando coação ao seu direito de locomoção.

Dessa forma, o pedido narrado na inicial é juridicamente impossível de ser atendido por meio da via eleita.

[...]

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente